



# Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Leônidas Chaves e Túlio Zanchet.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanolorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pu-dell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos ScarPELLINI, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56); achando-se em licença os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões extraordinárias anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder o RISCO DE VIDA (1/3 do vencimento) a todos os servidores lotados nos Serviços de Assistência Social desta Assembléia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Médicos, enfermeiros e demais funcionários do Serviço de Assistência Social desta Assembléia Legislativa, bem como os que prestam serviços no Serviço Médico desta Casa de Leis, estão em permanente contato com doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, doentes mentais e uma infinidade de outras moléstias que apresentam sério risco de vida para que, em face dos seus encargos, tenham poder de atendê-los.

Ora, existe, consignado no Orçamento desta Assembléia, dotação orçamentária com rubrica "RISCO DE VIDA" e já alguns funcionários se beneficiam dessa medida — a qual tem amparo legal e alto sentido social e humano, pois não se pode exigir do Servidor Público que corra risco de contagiar-se e adoecer seriamente sem o amparo pecuniário determinado por lei específica.

Ademais, já se estabeleceu precedentes em outras legislaturas, quando outras Comissões Executivas antecederam (e foi muito bem entendido mandar pagar aos servidores, tanto do Serviço de Assistência Social como de Serviço Médico da Casa) e agora existem vários requerimentos — sem despachos — via interpretações errôneas de uma das Secretarias do Poder Executivo — a qual não pode e nem deve ser endossada pelo Poder que é autônomo e interdependente — como se configura em todos os demais assuntos relacionados com a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ.

Assim é de nosso entender que a matéria é específica — e não depende de opinião ou pareceres de outros órgãos estranhos a esta Casa de Leis, mandando-se pagar o RISCO DE VIDA, aos que efetivamente estejam exercendo funções nos Serviços acima mencionados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini constante do expediente. Necessita de apoio — **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 30/80, que cria o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com as divisas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 32/80, que cria o Município de MISSAL, desmembrado do Município de Medianeira, com as divisas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 38/80, que cria o Município de JURANDA, com território desmembrado do Município de Mamboré e divisas que especifica — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 12/81, que declara de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro na respectiva cidade. — **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

### DO PROJETO DE LEI Nº 12/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei Nº 17/81, que revoga o Art. 2º da Lei nº 6697, de 23 de julho de 1975 (norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba. — **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

### DO PROJETO DE LEI Nº 17/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica revogado o Art. 2º, da Lei nº 6697 de 23 de julho de 1975.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

ANTÔNIO COTRIM — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 79/81, que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. — **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

### DO PROJETO DE LEI Nº 79/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante alienação ou doação, aos seus ocupantes, os lotes remanescentes nos imóveis que constituem as glebas abaixo descritas, na Colônia São Jerônimo, situadas no Município de São Jerônimo da Serra:

- Gleba nº 02,
- Gleba nº 2 — 1ª parte;
- Gleba nº 2 — 2ª parte;
- Gleba nº 2 — 3ª parte;
- Gleba nº 3,
- Gleba nº 4,
- Gleba nº 5;
- Gleba nº 5 — 2ª parte;
- Gleba nº 5 — 3ª parte;
- Gleba nº 6.

Art. 2º — Aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o da sua família, nele mantendo morada permanente, por dois (02) anos ininterruptos, serão doados os imóveis com áreas não superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Parágrafo único — Aos ocupantes com mais de um ano e dia, e menos de dois (02) anos de morada permanente será concedida licença de ocupação até que se complete aquele prazo. Esta licença de ocupação é insuscetível de transferência por ato "inter vivos".

Art. 3º — A alienação de imóveis aos seus ocupantes se fará até o limite de 100 (cem) hectares, independentemente de licitação.

Art. 4º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, promover a doação e a alienação dos imóveis aos seus ocupantes nos termos dos Arts. 2º e 3º desta lei, estabelecendo a

área a ser transferida e, quando for o caso, preço e condições de pagamento, conforme Tabela de Preços aprovada pelo Conselho de Administração do ITC, em 22 de novembro de 1979.

Parágrafo único — A licença de ocupação a que alude o parágrafo único do artigo 2º, será fornecida pelo ITC após o levantamento das condições de ocupação.

Art. 5º — Ficam ratificados os Títulos de Domínio expedidos pelo Governo do Estado nas referidas Glebas, constantes da relação anexa à presente lei.

Art. 6º — O artigo 2º da Lei nº 7510, de 26/10/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ . . . . . 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos para cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64".

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 139/81, que dispõe a aplicação do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI Nº 139/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º — As disposições do Plano de Classificação de Cargos instituídas pelo Art. 1º da Lei nº 7424, de 17/12/80, aplicam-se aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Art. 2º — Não se aplicam aos funcionários integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, as disposições do art. 7º, §§ 3º e 5º da Lei nº 7424/80.

Art. 3º — O enquadramento do funcionário integrante do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, far-se-á mediante aplicação da tabela de correlação de cargos constante do Anexo II, da presente lei.

Art. 4º — Os cargos de provimento efetivo da Parte Permanente, dispõem-se em grupos e são identificados por código, categoria funcional, padrão amplitude de referência e quantidade, conforme o esta-

belecido no Anexo I, desta Lei

Art. 5º — Os funcionários estáveis no serviço público estadual, integrantes do Quadro Geral, que até a data de 01 de julho de 1981 estejam lotados na Procuradoria Geral da Justiça, poderão optar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, pelo Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, observada a correlação de cargos.

Art. 6º — Os efeitos financeiros da aplicação ora disposto nesta lei, serão devidos a partir das mesmas datas em que foram enquadrados provisória e definitivamente, os funcionários pertencentes ao Quadro Geral.

Art. 7º — O "caput" do art. 7º, da Lei nº 7397 de 24 de novembro de 1980, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o total orçado para a despesa do exercício, além dos créditos adicionais referentes à espécie Pessoa de 1981, observadas em ambos os casos, as disposições dos artigos 40 e 46, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64".

Art. 8º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 92/81, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de BRAGANEY. —

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que cria o Distrito Administrativo de Santa Rita D'Oeste no Município de Terra Roxa, conforme os limites e confrontações que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Líderes dos Partidos Políticos, com assento no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo entendimento da votação das alterações da Lei da Previdência Social. — **Aprovado.**

O SR. FIORI LUIZ — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder

a verificação de votação.

16. Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
9ª LEGISLATURA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a

presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Antônio Cotrim apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE LEI N.ºs 32/81, 74/81, 78/81, 86/81, 92/81, 95/81, 96/81, 98/81 e 99/81, bem como a redação do Projeto de Resolução n.º 89/81, relatado pelo Sr. Deputado Del Ciel, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário